

Opinião do GLOBO

Prioridade no setor elétrico é acabar com subsídios

Alívio trazido por MP do governo à conta de luz será momentâneo, mas custo perdurará por vários anos

ocupado com a alta nos custos de luz, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou nesta semana uma comissão da Provisória (MP) com o objetivo de reduzir as tarifas entre 3,5% e 5% em julho. A medida foi anunciada por meio de um tocanteiro mirabolante: o governo quicou empréstimos controlados pelas distribuidoras durante a pandemia — quando as tarifas ficaram congeladas — na esperança de deixar as tarifas mais baixas. É necessário contratar a geração mais cara das usinas fêrnitas —, usando recursos previstos na privatização da Eletrobras que serão antecipados ao Tesouro. De acordo com o texto, é necessário que a distribuição de energia às distribuidoras permita o benefício ao consumidor. Mas não acabou.

Ao mesmo tempo, atendendo à pressão de governadores, a MP removeu mais 36 meses subsídios de R\$ 134 bilhões. De acordo com a comissão, as usinas que já devolviam ter sido encerradas, mas foram prorrogadas no governo Jair Bolsonaro. Quanto mais as usinas se beneficiam dessa vantagem, maior o benefício financeiro para as distribuidoras da rede de distribuição. Os escalados para pagar a conta são os consumidores

em 2024. Em resumo, o cálculo das despesas em 2024 é baseado no preço por conta mais os custos nos anos seguintes. Não faz sentido.

Os defensores argumentam que o incentivo é necessário para alavancar a produção de energia renovável. Falam em "transição energética" e "descarbonização" do país. É uma visão problemática por vários motivos. Primeiro, usinas eólicas e solares não dependem mais de ajuda para se tornarem financeiramente viáveis. Segundo, o subsídio à energia renovável não é suficiente para cobrir o custo. O consumidor responde por quase 14% da tarifa, segundo Edvaldo Santana, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Terceiro, há uma contradição: enquanto se fala em "transição energética", o consumidor tem crescido bem menos que o acréscimo das fontes renováveis.

Por fim, os desequilíbrios trazidos ao sistema pelo incentivo a eólicas e solares (em geral distantes dos centros de consumo) e a grande rede de transmissão e fiação ou (uso mais caro) das térmicas quando elas não estiverem disponíveis. O resultado, não é difícil entender, será energia mais cara.

Se o Brasil não quiser pagar o preço das propostas que encaixam a conta de luz. A mais recente é o aumento na

O que está em jogo nos ambientes opacos de Brasília é a garantia de lucros a empresários do setor, incluindo fabricantes de equipamentos. A AMP paga uma conta paga por todos, sobretudo os mais pobres. AMP paga semelhança com a intervenção desastrosa da então presidente Dilma Rousseff no setor de energia. A AMP foi criada para não baixar a conta de luz. Num primeiro momento, houve queda de 20%. Dois anos depois, alta de 25%. Em 2018, a conta de luz era 50% mais cara que em janeiro de 2013, descontada a inflação. A AMP foi criada para que os subsídios durassem anos, enquanto o alívio seria passageiro. Para promover queda duradoura nas tarifas, o governo deveria reduzir a complexidade do sistema e reduzir a influência do preço no cálculo dos subsídios. Mas com as regras atuais não mais necessários é a prioridade.

rompedor, encheu o pé e me pediu, mas, como ninguém queria porque eu não queria, quer dizer, o ministro Aleixo, o meu valeu, como o VAR, o cartão amarelo, com amarelo.

Logo, o centravante/VAR apertou seu time.

Tenho absoluta convicção. Federal, a população brasileira quer liberdade de expressão.

Filósofos, juristas, pensadores no grupo que nos interessa, não sabem. De levantar o pé, um tema de todos os lados, bem. É difícil para qualquer um, mais ter "absoluta convicção".

Dizão: mas o ministro é obrigado a defender a liberdade de expressão, a liberdade de agressão? E por que obediência. Usando recursos do óbvio, o ministro seguiu a liberdade para a prolembria; a liberdade, da homofilia; a liberdade, da macaca, não é a liberdade, uma discussão — "vou te tirar no meu inimigo. Clichê amarelo alegado e ponho no ar, a coisa mudou de figura. O direito da Justiça não é o direito. Mas o ministro participou e não é que se espera da

[illegible]

Sucessivos recordes de temperatura põem planeta diante do imponderável

Março foi o décimo mês consecutivo de quebra de barreiras. Cientistas questionam se tendência é irreversível

O misticismo do ano passado, ao fazer estimativas até 2023, a Organização Meteorológica Mundial previu que a temperatura global atingiria níveis recordes no período. Não demorou para a previsão ser confirmada: o ano de 2023 foi o mais quente (C35) constatado que, de abril de 2023 a março deste ano, transcorreram os 12 meses mais quentes da História. A temperatura de março deste ano foi a mais alta para o mês de março, com um recorde com quebra de recorde de calor.

Nos 12 meses anteriores, a temperatura subiu 1,58 °C (média mediavificada na era pré-industrial (1850-1900), ultrapassando o limite de 1,5 °C estabelecido em 2016 pelo Acordo de Paris, este século como patamar mínimo tempestade para evitar eventos catastróficos. Em um dia, pela primeira vez a temperatura global ficou 2 °C acima da base de comparação. E julho de 2023 foi o mês mais quente, com uma média em 120 mil anos. Ainda em 2023, a temperatura global ficou o maior nú-

A quebra dessas barreiras chama a nossa atenção para a necessidade de acelerar os cortes nas emissões de gases de efeito estufa — contribuição dada pela espécie humana ao aquecimento global. “O mundo está oscilando, e natural que ele volte a cair abaixo do limite de 1,5°C. Ao acompanhá-lo, a tendência dos termômetros, porém, a tendência de alar e nitida. “Ter registros como esse me dá mais noção da urgência da situação. Estamos mudando rapidamente”, afirmou Susan Manburg, vice-diretora do CSIS.

Os efeitos da mudança são sentidos em todos os continentes. Uma seca causou um número nunca visto de inundações no sul da África, a destruição de plantações afetou a maneira drástica a oferta de alimentos. Nos Estados Unidos, a Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (NOAA) registrou, em 2015, o maior aumento registrado no aquecimento global, com projeções superiores a US\$ 1 bilhão. A frequência

de ondas de calor aumentou. Há meio século dois países do mundo não tinham sede. No Hemisfério Sul, o Brasil experimenta o mesmo fenômeno.

Incêndios florestais no Canadá contaminaram o ar no Meio-Oeste e no Nordeste dos Estados Unidos de forma semelhante ao que ocorreu no Rio de Janeiro e Nova York, obrigando o uso de máscaras e interrompendo o tráfego aéreo. Na Califórnia, houve 12 incêndios causados por fortes temporais, com deslizamentos e mortes. Um volume de fumaça semelhante ao do Brasil chegou ao Brasil. Mas, Brasil, chuvas torrelas atingiram do Rio Grande do Sul a este do Nordeste, passando pela Serra Serrana do Rio de Janeiro.

Empresas e governos precisam estar preparados para essas crises. Assim como é vital avaliar os custos nas emissões de carbono. A dívida entre os cientistas diante dos sucessivos recortes de temperatura é se há chance de neivaltava ou se a dinâmica de aquecimento é irreversível. O Brasil precisa, como as consequências dramáticas para as metas do Acordo de Paris.

conduzido por Moraes, falar no longo prazo a favor dos pontos de vista de tentar barrar as fake news etc.) antes do discurso-prensa tradicional ou da tendência e essa prática.

E aqui estamos prontos para o *serullum* e o *serullum* pode ser acusado ou condenado a lei brasileira não diz ou Câmara. Estava parado, aqui.

Tem mais: se for definido longe de ser simples, claro, primeiro, quem faz a quem será o censor e não rá-antes da divulgação, televisão ou uma rádio te- tas? As redes sociais terão turar e tirar do ar as fake news? Quem autoriza?

Vamos deixar claro: Elok é um homem de negócios. A está não ali enquanto pro- um motivo para o STF não personagem. Descompromi- há de considerar a mídia digital. Concluo com Elok pode ter censura. O mais é

que agora inclui Musk. Segundo de Justiça, tem-se que há uma tendência a não se fazer a publicação no site, seja dito, publicado na imprensa, seja nas redes. Prevalecendo esse princípio, haverá censura. Para tumultuar tudo: o que é fake news não precisa levar, ninguém tem o direito de divulgar fake news por aí. Isso é proibido. O projeto não está no tumulto. O que é fake news, o que é desinformação, essas coisas não são mais duas questões. É uma coisa só. Segundo: o pregado de identificar e levar ao julgamento, um jornalista, um jornalista de criar algoritmos para capturar e discursos considerados de ódio, etc.?

Musk não é um libertário. É a China vota o X, Musk não vota. A China vota as Tesla por lá. Mais uma vez, Musk não é a China com tal coisa. Processo não é fazer lei regulamentar a mídia. Paulo Cavalcanti Filho: "Não é Código Penal. Simples assim."

Artigos

eg:obs.globe.com /opinion/
carlos@obs.globe.com.br

CARLOS ALBERTO
SARDENBERG

Não pode ter censura

[illegible]

Convenim, portanto, bagunçar o óbvio. Liberdade de expressão: há restrições legais que abrem ou fecham o acesso à liberdade de expressão. Nos Estados Unidos, a liberdade de discurso é mais amplamente entendida no Brasil. Lá, vale a fala que quiser, publica o que quiser. Quer denunciar, quer calar, quer ir aos tribunais, onde se descutirá, de um lado, se foi dada uma informação, e de outro, se a pessoa não foi calada, injuriada, difamada ou ameaçada por causa disso.

Aqui no Brasil, estamos diante de uma questão grave: o andamento do megainquérito das fake news, conduzido por Moraes, que agora inclui Mink. Sem dúvida, não no longo prazo de segredo de Justiça aplicado a casos de corrupção, mas no curto prazo de tentar barrar as fake news (mais agressão, o ódio etc.) antes que o discurso seja dado, publicado na imprensa tradicional ou nas redes. Publicando essa tendência e essa prática, logo que houver consenso, a televisão brasileira poderá fazer uma reportagem: *Se nullum crimen, nulla poena sine lex* legi, ninguém pode ser acusado ou condenado por divulgar fake news porque a lei brasileira não o exige. Isso, pois, o projeto está na Câmara. Estando prático, agora está em tramitação.

É aqui que entra a liberdade de expressão, o que está longe de ser simples, calmas em suas questões. Primeiro, quem fará a lista das fake news? Segundo, quem será o censor encarregado de identificar as barreiras à sua divulgação? Terço, jornal, uma emissora de televisão, o Ministério Público, o Conselho Nacional de Justiça? As redes sociais terão de criar algoritmos para capturar e tirar do ar as fake news e discursos considerados — por que autoridade? — de ódio, etc.

Vamos deixar claro: Ellen Mink não é um libertário. Ela não quer a liberdade de expressão. Ela quer a liberdade de expressão dela. Ela quer que a sua Mink não seja estática nem ali enquanto produz suas Teslas por lá. Mais um motivo para o STF não se meter numa briga com tal personagem. Descumpra o lei? Processo nela.

Tal considerado, específico para ela e repleto de amparo constitucional, não há nada de errado com a Mink. Ela pode ser censurada. O mais é o Código Penal. Simples assim.

[illegible]